

Ata da sexta Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Presidente Kubitschek, Estado de Minas Gerais às 19 Horas do dia 26 de Abril de 2021, Sob a presidência do Senhor Renato Aires de Oliveira deu inicio a sessão que solicitou o Senhor Secretário Edimir Aparecida da Silva que fosse feita a chamada e esta foi respondida por Renato Aires de Oliveira, Anderson Aparecido da Silva, Edimir Aparecida da Silva, Dirceu Reinaldo dos Santos, Silgério Marques da Silva, Agnaldo Rodrigues da Silva, Romero Alves Gonçalves Dias, Fábio Nunes de Oliveira e José Orlando da Silva, diante dos nove vereadores presentes havendo quórum regimental legal, em nome de Deus o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e solicitou ao Senhor Secretário que fizesse a leitura da ata e das correspondências recebidas e emitidas pela Casa. Logo após a leitura da ata, é colocada em discussão e aprovação sendo aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente inicia então passando para o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira Orçamentária, Justiça e Redação, o edil Dirceu Reinaldo dos Santos o caderno da lei das diretrizes orçamentarias do exercício de 2022 e relata que foi entregue dentro do prazo estipulado. Passa para os edis o projeto de autoria do edil Fábio Nunes de Oliveira que "Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas que prestam serviços à Administração Pública municipal na sede do município assim como as contratadas mediante licitação e aquelas que vierem a se instalar em Presidente Kubitschek à partir da promulgação desta Lei a contratarem e manterem empregados prioritariamente trabalhadores residentes e domiciliados no município de Presidente Kubitschek" e solicita ao secretário que faça a leitura do projeto. Passa então a palavra para o edil Fábio Nunes de Oliveira, no qual inicia sua fala explicando sobre o projeto de sua autoria, no qual através de muitos anos o mesmo vem presenciando empresas ganhando licitações no município e espera que com este projeto a possibilidade de gerar serviço para as pessoas do município. O senhor Presidente passa então a palavra franca para os edis e o edil Silgério Marques da Silva faz uso da palavra, inicia então sua fala em relação ao projeto, em sua opinião deveria ser estudado, pois pode haver a possibilidade de cidades vizinhas se espelharem neste projeto e acabar prejudicando as pessoas que não são do município e dependem do município para trabalhar. Passada a palavra franca para o vice-presidente, o edil Anderson Aparecido da Silva, o mesmo concorda com as falas do nobre colega Silgério Marques, no qual deveriam sim estudar e discutir o projeto com mais cautela. Passada a palavra franca para o edil Romero Alves Gonçalves Dias, inicia sua fala mencionando que este projeto é interessante para o município, mas questiona que em algumas empresas a porcentagem exigida pelo projeto não é abrangida e finaliza que a maioria das empresas já fornecem algumas vagas para os munícipes. Passada a palavra para o edil Dirceu Reinaldo dos Santos inicia sua fala pontuando que como Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira Orçamentária, Justiça e Redação a seu ver o artigo primeiro afronta o artigo quinto da Constituição Federal e acha aconselhável fazer uma análise maior do projeto e pontua também que desta maneira estarão interferindo na administração das empresas, finaliza mencionando que apoia o projeto, mas que seja estudado e que seja feita alterações adequadas. Passada a palavra para o Secretário, o edil

Edimir Aparecida da Silva seguindo as palavras do nobre colega Dirceu Reinaldo, o mesmo concorda com suas falas e que em sua opinião deveria deixar o projeto tramitando para maior estudo e conhecimento para que se adequem o projeto conforme mencionado pelo edil. O Senhor Presidente passa então a palavra para a Assessora Jurídica desta Casa Legislativa, no qual inicia sua fala informando que após a solicitação do edil Fábio Nunes, a mesma elaborou o projeto seu primeiro pensamento foi sobre inconstitucionalidade, pois sua visão inicial era de que seria uma norma de direito do trabalho e a competência para legislar sobre o direito do trabalho é exclusiva da união. Contudo pesquisou sobre o assunto e percebeu que a jurisprudência analisou a matéria e admite projetos semelhantes, tanto que outros municípios já aprovaram projetos parecidos a este e até mesmo com percentuais maiores. Explica que no parecer da comissão de fiscalização financeira orçamentária, justiça e redação apresenta informações de posicionamentos favoráveis e posicionamentos contrários. Em relações a empresas privadas realmente o projeto contempla e caso queiram a alteração para apenas as empresas licitantes deve-se alterar o projeto. Finaliza explicando que em relação à porcentagem de mulheres não quer dizer que é obrigatório, pois ele é atendido quando houver a necessidade de empregar dentro da empresa e inclusive na elaboração do projeto a mesma colocou a questão do prioritariamente justamente para tirar a questão da inconstitucionalidade. Passada a palavra franca o edil Romero Alves Gonçalves Dias solicita informações sobre o ofício encaminhado pelo ministério público em relação ao programa bolsa trabalho e em resposta o edil Dirceu Reinaldo dos Santos explica que conversou com o prefeito e já estão tomando providências para a melhor posição a ser tomado e em sua opinião que aguarde o ministério publico entre com uma ação de inconstitucionalidade para melhor averiguação. Passada a palavra para o edil Agnaldo Rodrigues da Silva pontua que a esta de acordo com o nobre colega. Retomada a palavra ao Senhor Presidente informa a todos que o projeto ficará em tramitação para maior análise e adequações. Passada a palavra franca para o edil Fábio Nunes de Oliveira inicia sua fala solicitando uma barra de proteção na divisa da Rua Tijucal e da Rua Iviturui para maior segurança e também a manutenção da ponte na capela velha. Passada a palavra para o secretário o edil Edimir Aparecida da Silva questiona sobre a solicitação das câmeras no mercado municipal em resposta o Senhor Presidente menciona que até o momento não foram passadas as informações. Passada a palavra para o edil Romero Gonçalves Dias questiona também sobre soluções em relação ao lixo da reciclagem, pois o mau cheiro está incomodando os munícipes que moram por perto e em resposta o Senhor Presidente informa que não só os atuais moradores, mas também os futuros moradores do Bairro jardim das oliveiras vão passar por este problema futuramente e acredita que futuramente deverá ser implantada a reciclagem em outro local. Retomada a palavra para o edil Romero Alves Gonçalves Dias solicita também informações sobre possível implantação de um corrimão na ponte da Rua Diamantina e os edis questionam sobre a ponte ser inventariada. E como não ouve o que mais se tratar nesta reunião o Senhor Presidente agradece a presença de todos e informa a todos que a próxima reunião ordinária esta marcada

*Alvares*

048

para o dia 10 de Maio de 2021 e eu Secretário Edimir Aparecida da Silva lavrei a presente ata que depois de lida e discutida será colocada em aprovação, e se aprovada, e assinada na sala de sessões da Câmara Municipal de Presidente Kubitschek, Estado de Minas Gerais em 26 de Abril de 2021.

Presidente Renato Aires de Oliveira: *Renato Aires de Oliveira*

Vice Presidente Anderson Aparecido da Silva: *Anderson Aparecido da Silva*

Secretario Edimir Aparecida da Silva: *Edimir Aparecida da Silva*

Vereador Silgério Marques da Silva: *Silgério Marques da Silva*

Vereador Agnaldo Rodrigues da Silva: *Agnaldo Rodrigues da Silva*

Vereador Romero Alves Gonçalves Dias: *Romero Alves Gonçalves Dias*

Vereador Fábio Nunes de Oliveira: *Fábio Nunes de Oliveira*

Vereador José Orlando da Silva: *José Orlando da Silva*

Vereador Dirceu Reinaldo dos Santos: *Dirceu Reinaldo dos Santos*

